Ata da **Audiência Pública sobre o "Plano Estadual de Resíduos Sólidos", de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, realizada no dia 28 de julho de 2014, às 17 horas no Anfiteatro Guilherme Rodrigues Ferraz, UNESP, *campus* Bauru, Bauru/SP.**

Realizou-se no dia 28 de julho de 2014, às 17 horas no Anfiteatro da UNESP Guilherme Rodrigues Ferraz, na Avenida Engenheiro Luís Edmundo Carrijo Coube, nº 1.000, Bauru/SP, a Audiência Pública sobre o "Plano Estadual de Resíduos Sólidos", de responsabilidade da CPLA/SMA – Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** declarou que, em nome do Secretário-Adjunto, que responde pelo Expediente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e Presidente do CONSEMA, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores **José Carlos Soave**, Prefeito do Município de Bocaina; **Débora Cristina Granai**, Secretária de Meio Ambiente do Município de Bocaina; **Márcio Henrique Gomes dos Santos**, Coordenador de Meio Ambiente do Município de Piratininga; **Júlio Ruffin Pinhel**, Secretário de Meio Ambiente do Município de Avaré; **Flávio Alberto Parente**, Gestor Ambiental do Município de São Manuel**; Fabiano Augusto**, Secretário de Meio Ambiente do Município de Castilho**; Letícia Barbour**, Secretária da Agricultura e de Meio Ambiente do Município de Iacanga; **Varcirlei Silva,** Secretário de Meio Ambiente do Município de Bauru; **Nestor José Dias Filho**, Secretário do Desenvolvimento Ambiental do Município de Itápolis; **Gisele Murari**, Secretária de Meio Ambiente do Município de Guaiçara**; Lázara Gazeta**, Secretária de Meio Ambiente do Município de Pederneiras; **Danilo Romão**, representante do Prefeito Odemil Ortiz de Camargo do Município de Cabrália Paulista –; do Poder Legislativo, na pessoa do Excelentíssimo Senhor **Bruno Pereira Chies**, Vereador do Município de Piratininga; –, de órgãos públicos, de instituições da sociedade civil, de entidades ambientalistas, de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente, enfim a todos que compareceram a essa audiência pública sobre o "Plano Estadual de Resíduos Sólidos", de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado/a a todos, para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para a melhoria dos estudos, projetos ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que representam o Poder Executivo, e, em seguida, daqueles que representam o Poder Legislativo. Noticiou que a Mesa Diretora de Trabalhos era composta por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, pela coordenadora da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Zuleica Maria de Lisboa Peres, e por dois representantes do CONSEMA – e que, até aquele momento só havia comparecido um deles, o engº civil Jorge Hamada, representante da UNESP *campus* Bauru, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos. A coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Peres** declarou, inicialmente, ter o documento em discussão sido idealizado pela Comissão Estadual de Resíduos Sólidos, que coordenou seu processo de elaboração, e é composta pela SMA e pelas Secretarias de Saneamento,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Saúde, Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento, que, por mais de setenta vezes, se reuniram no decorrer de quase um ano e meio, convidando, sempre que necessário e com vistas ao aprimoramento do documento, órgãos e entidades, como o Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal–CEPAM e a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA – EMPLASA. Em seguida **André Dias Menezes de Almeida** passou a apresentar, em detalhes, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Concluída a exposição, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Paulo Henrique Belingeri**, integrante do Escritório de Projetos Reusa, declarou que faria perguntas/sugestões e iniciou sua intervenção noticiando que o artigo 29, inciso 3 da Lei Estadual 12.300, de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, prevê que o Estado de São Paulo deve, nos limites de sua competência e atribuições, estimular os Municípios a atingirem a sustentação econômica dos seus sistemas de limpeza urbana mediante a criação e implantação de mecanismos de cobrança e arrecadação compatíveis com a capacidade de pagamento da população. Indagou como o Estado pretende contribuir para tanto, independentemente da proposta de regionalização que o documento em tela apresenta, que é de médio e longo prazo. Outra pergunta/sugestão, acrescentou, diz respeito ao conteúdo do capítulo "Diretrizes, Metas e Ações – Volume 12, Versão Preliminar do Plano" –, que tanto prescreve, em seu item B, que se aprimore a gestão dos resíduos sólidos no Estado de São Paulo como estabelece, dentre outras, as metas, que se promova a associação dos Municípios em arranjos regionais com vistas à otimização da gestão de resíduos sólidos urbanos. Incluiu, entre as ações relacionadas com o atingimento dessa meta, aquela que determina sejam oferecidos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos por meio da SABESP e da EMAE nos Municípios que dispuserem de sistemas de cobrança específicos e se associem a arranjos intermunicipais que se disponham a conceder serviços por meio de contrato de programas ou concessões. Indagou também sobre o papel da CETESB no que tange à aplicação do plano, uma vez que a companhia possui limitação natural de estrutura. Solicitou que, se possível, essa questão seja mais bem detalhada na versão final do referido documento. Igualmente chamou atenção para o aspecto que diz respeito diretamente à pergunta que a diretriz 3.7 formula, ao tratar do aprimoramento da gestão de resíduos recicláveis secos do Estado e dispostos em aterros com base na caracterização nacional formulada em 2013. Indagou se a CETESB se responsabiliza sobre a implementação da proposta de redução de geração a partir de 2019 e como ela a monitoraria. Formulou questionamentos sobre o aumento do volume de recursos a serem repassados via FEHIDRO e FECOP, comentado na versão preliminar do plano e contemplado em dotação orçamentária. Por último indagou, se os compromissos assumidos pelos responsáveis pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos serão objeto da aplicação do projeto de lei em discussão e se tramitará ainda no atual Governo. Como nenhuma pessoa mais se havia inscrito, o **Secretário-Executivo do CONSEMA** atendeu à solicitação do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Patrocínio Paulista, **Marcos Ferreira**, que teceu várias considerações. Em primeiro lugar informou que, como presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Sapucaí-Mirim Grande, participara de reunião em cujo desenrolar se anunciou ter o FEHIDRO destinado recursos para implementação de três planos de gestão de resíduos sólidos no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica da UGRHI 08, que abrange Itirapuã e mais duas cidades. Enfatizou que obteve outras informações tanto por ocasião de audiência pública realizada em Franca, que discutiu a lei orçamentária do Estado, como também por meio do Doutor Mauricio Hoffman. Referiu-se às dificuldades de serem constituídos consórcios, na medida em que eles necessitam de amarrações técnicas e políticas. Argumentou que a primeira medida por ele implementada ao assumir a Prefeitura do Município de Patrocínio Paulista foi constituir, através de decreto, um grupo com a tarefa de elaborar o plano municipal de resíduos, cuja implementação também apresenta dificuldades. Noticiou que passou às mãos da coordenadora cópia do plano já elaborado, mas que tinha conhecimento de que em alguns municípios esse trabalho sequer fora iniciado, o que demonstrava que alguns prefeitos não se preocupam com as questões relacionadas com o meio ambiente. Reconheceu a boa qualidade da versão do plano elaborada pela

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

CPLA. Referiu-se à importância da pontuação no processo de implementação dos planos municipais e do encaminhamento do Plano Estadual à Assembleia Legislativa, para que promova, a seu respeito, uma discussão democrática e, por conseguinte, aberta e transparente, pois todo o projeto pode ser melhorado. **Carlos Roberto** declarou que sua formação fora feita na Universidade Federal de São Carlos–UFSCAR na área de gestão ambiental e que trabalhava na Prefeitura do Município de Sertãozinho. Referiu-se à necessidade de o FEHIDRO tornar disponível para os Municípios um volume de recursos que torne possível a execução de projetos em módulos diferenciados, com vistas, por exemplo, à educação ambiental, à coleta seletiva e à reutilização de resíduos da construção na pavimentação de estradas. Referiu-se também às legislações recentemente criadas pelo Município de Sertãozinho, entre elas a da logística reversa, em processo de implementação. **Marcos Vinicius**, Secretário-Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu, depois de elogiar o trabalho cujo processo de elaboração participou como também daquele protagonizado pelas oficinas regionais ao se debruçarem sobre trezentos e quarenta e oito planos municipais e analisado um por um. Fez referências ao modelo de gestão adotado no início de sua carreira na área pública, quando se tinha de "cutucar de cima para baixo e de baixo para cima para que as coisas efetivamente acontecessem". Autodenominou-se como um "incorrigível otimista", até mesmo ao verificar que o mapa do Estado de São Paulo, que, no início de sua carreira, estava todo vermelho – e só com um verdinho –, atualmente se encontra todo pintado por essa última cor, e isso graças ao trabalho de todos. Referiu-se, também, ao sentido que atualmente o conceito de saneamento básico possui, mais abrangente do que aquele consensuado há alguns anos atrás, e que, na condição de secretário-executivo do comitê acima referido, solicitou que as verbas do FECOP, do SANEBASE e do FEHIDRO fossem reforçadas. O cidadão **Rubens** declarou que era cientista social e geógrafo e que havia depositado na semana anterior sua dissertação de mestrado em geografia, cujo tema relacionava com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu processo de implementação no Município de Ribeirão Preto. Teceu considerações sobre esse processo, que envolvia retirar a responsabilidade dos responsáveis pela mercadoria – produtores, comerciantes e importadores. Referiu-se a duas questões importantes tratadas pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que são o plano intermunicipal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que contemplam a inserção social de catadores e cooperativas, retirando da miséria milhares de seres humanos desamparados dos quais as empresas de reciclagem e de comercialização se favoreciam. Observou que outra questão prioritária dizia respeito à redução da geração contida na Política Nacional de Resíduos Sólidos. **José Fernando Catanante,** por sua vez**,** informou que exercia a função de Diretor-Presidente de uma organização não governamental sediada em Sertãozinho e denominada Natureza Viva, que trabalha, principalmente, com resíduos sólidos, divulgando, no interior da sociedade, informações a respeito e, portanto, dando cumprimento à sua função social. Depois de a conselheira e coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Perez** informar que cabia ao Governo capitanear o trabalho de treinamento e conscientização. **José Fernando Catanante** agradeceu ao técnico da CETESB chamado Marcos o excelente trabalho que realizou na região e que se relacionava com a destinação dos resíduos sólidos, acompanhando de perto o que vem sendo feito. O técnico **Márcio,** por sua vez, declarou que era biólogo de formação, Secretário da Agricultura e do Meio Ambiente do Município de Mogi-Guaçu e membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu. Enfatizou que o Município estava finalizando o plano de gestão integrada e examinando de perto questão relacionada com a logística reversa, que, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos, constitui premissa importante. Referiu-se à difícil realidade no que tange à gestão de resíduos e elencou parcerias firmadas com empresas com o objetivo de estimular o consumo de determinados produtos. A conselheira e coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Perez** ofereceu uma série de informações relacionadas com o embate político que, costumeiramente, se trava quando se buscam saídas no que tange a taxas de cobranças, que é prerrogativa dos prefeitos. Referiu que essa questão vem sendo discutida como uma estratégia não incorporada pelo plano. Acrescentou que cabia ao prefeito promover essa discussão com seus

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

munícipes. Teceu comentários ainda sobre a ausência de condições tanto por parte da SABESP como da EMAE para implementá-las, pois, embora ambas instituições tenham sido objeto de mudanças estatutárias, mesmo assim não possuem ainda as condições necessárias, e só a prefeitura detém tal *expertise*. Teceu comentários também sobre o monitoramento do plano, que inclui sua revisão de quatro em quatro anos e em cuja execução serão envolvidos a CETESB e as Secretarias de Estado do Meio Ambiente, da Saúde, da Agricultura e a Comissão Estadual da qual todas elas fazem parte – bem como a Coordenadoria de Planejamento Ambiental, que continuará gestora do plano. No que tange ao aumento dos recursos concedidos pelo FECOP e pelo FEHIDRO, a coordenadora lembrou que, em 1999, o Governador Mário Covas liberou recursos para duzentos e noventa e oito municípios de São Paulo executarem seus aterros em vala, e, desde 1997, liberou recursos para que cento e oitenta municípios construíssem galpões, adquirissem caminhões compactadores e aqueles que são utilizados no processo de coleta seletiva. Acrescentou que, ao tomar conhecimento de que o Ministério do Meio Ambiente, à época do Ronaldo, possuía recursos, mas que só poderia fornecê-los a Municípios que possuíssem plano municipal de resíduos sólidos, decidiu que a CPLA auxilie os Municípios no cumprimento dessa tarefa, o que vem sendo feito desde 2012, através do Programa Município Verde/Azul. Discorreu sobre a forma como estão sendo utilizados, pelos Municípios, os diferentes equipamentos e acerca do encontro que será promovido com as mulheres catadoras que vivem na região de Ourinhos, principal objetivo desse encontro. Enfatizou os avanços que o movimento incorporou nos últimos anos, os custos que a implementação da coleta seletiva e o processo de capacitação geraram e que o problema atualmente enfrentado pelo movimento na região não diz respeito exclusivamente aos recursos, mas, sim, à inserção social dos catadores. Referiu-se à disposição final do rejeito, às metas estabelecidas para sua consecução – em consonância com o plano nacional – e às perguntas que sua discussão sempre suscita. Afirmou que o plano diz "não" à geração e, "sim", à redução do consumo, o que torna imprescindível a adoção de mudanças de comportamento. Referiu-se a algumas exigências estabelecidas pela Política Estadual de Resíduos Sólidos, entre elas a proibição, a partir de 2 de agosto, de se construir lixões, exigência esta cujo cumprimento encontra resistência. Elogiou a postura de Marcos Vinicius como secretário-executivo de comitê de bacia, e agradeceu o privilégio que lhe foi concedido de exercer, durante quatro anos, a função de coordenadora da Coordenadoria de Educação Ambiental, elaborando projetos específicos. Referiu-se às mudanças de comportamentos havidas, por exemplo, de não mais se permanecer na fila para efetuar a troca de vasilhames e outros recipientes, mudança esta que favoreceu também os supermercados que não mais possuem espaço para dispor as embalagens que eles mesmos produziram. Noticiou que, desde 2011, o Governo de São Paulo confeccionou um mapa das indústrias em atividade no Estado e com esse setor estabeleceu um diálogo produtivo. Lembrou que o Governo Federal, por sua vez, também deve fazer seus acordos, levando em conta o que pode obter com as parcerias estabelecidas com diferentes setores. Informou que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente já estabeleceu estratégias para 2016 e que as indústrias deveriam preparar-se para tanto. Já com o comércio, observou, não era simples nem fácil dialogar com seus representantes, por não se estar inserido nesse segmento da forma como acontece com as indústrias, até mesmo porque no contexto do comércio existe outro interlocutor, que são os importadores. Referiu-se, também, aos problemas que emergiram do diálogo com as Casas Bahia, que deveria ser fechada, uma vez que são a razão de ser de sérios problemas existentes nos Municípios de São Paulo, Patrocínio Paulista e Ribeirão Preto. Chamou atenção para a necessidade de se trabalhar com a finalidade de se reduzirem os patamares criados pelo índice de desenvolvimento havido, mas sem perder de vista que, se a economia aquecer, esse patamar aumentará mais ainda. Declarou que torcia para que isso acontecesse, porque ninguém desejava que a economia congelasse, mas, sim, que o setor industrial continuasse crescendo e se estabelecendo no Estado de São Paulo, sem que essa postura dê lugar a uma guerra fiscal. Ao concluir declarou que a sociedade civil era a grande parceira e que o FEHIDRO possuía recursos que poderiam ser utilizados pelas entidades sociais na implementação de

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

seus projetos. **Carlos Roberto** teceu uma série de considerações sobre o funcionamento e as atividades desenvolvidas pelas cooperativas, com as quais trabalhou – principalmente as de Bebedouro e de Sertãozinho – e por meio das quais participou da Rede Anastácia do CATAFORTE. Relatou ter transmitido para alguns Municípios – entre outros os de Pitangueiras, Pradópolis e Pontal – o conhecimento adquirido com elas no dia a dia, inclusive acerca da inexistência de infraestrutura em algumas delas. Referiu que muitos Municípios têm procurado profissionais que os auxiliem a pôr em prática esse conhecimento, inclusive sobre as condições que os locais de armazenamento devem ter de modo a não contaminarem os produtos. A conselheira e coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Perez** observou que se deveria pactuar com prefeitos, secretários e, até mesmo, com o governador, tal como aconteceu por ocasião da solicitação de equipamentos acima referida – entre eles, caminhões compactadores e outros destinados à coleta seletiva. Elencou a série de tarefas que devem ser realizadas nos barracões, o tipo e tamanho dos equipamentos e seu custo. Propôs que se buscassem mais recursos – se a estratégia escolhida for ajudar os municípios – para elaboração de projetos a serem enviados ao Governo Federal, precisamente ao Ministério de Meio Ambiente. **Carlos Roberto** comentou que o Governo do Estado tem executado um belo trabalho, e a coordenadora e conselheira **Zuleica Maria de Lisboa Lopez** externou o grande prazer que sentia por participar desse trabalho, com o qual está envolvida há algum tempo. Declarou o contentamento que igualmente sentia ao verificar que integrantes das regionais da CETESB participaram das audiências realizadas, e se colocou à disposição para colaborar com o fechamento desse trabalho. Declarou que todas as sugestões até agora feitas e as que ainda serão encaminhadas são importantes no contexto desse plano e que a expectativa é que as próximas gestões executem essas medidas, pois só assim avançará as questões que concernem s entre outros aspectos, à destinação final dos resíduos sólidos. O **Secretário-Executivo, Germano Seara Filho,** informou que, com base no registro proporcionado pela gravação, será elaborada uma ata da qual constará tudo o que foi dito e declarado, e que esses subsídios, depois de examinados pela equipe técnica da CPLA e utilizados para a melhoria da versão final do plano, serão posteriormente publicados. Pontuou também que toda pessoa interessada terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data da audiência que será realizada em um dos auditórios da Assembleia Legislativa de São Paulo, para enviar à equipe toda e qualquer contribuição que ainda queira ver juntada ao processo com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade do plano. E, em nome do Secretário Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br